

# Senado votará lei salarial só amanhã

RE: ATQ.CO

## “PANQUECAS”

O senador Mansueto de Lavor criticou a discussão em plenário do que chamou de “panquecas regimentais” e pediu para que, se evitasse mais um desgaste da imagem do Senado frente à opinião pública. “Não é justo ficarmos aqui com meandros regimentais enquanto a população espera ansiosa uma definição da lei salarial. Ou aprovamos o projeto de lei ou então o povo brasileiro vai ser submetido à tragédia da Medida Provisória 193”.

Mansueto lembrou que muitos deputados, que aprovaram a lei salarial na última sessão do período legislativo, poderão usar em suas bases que “o problema da lei salarial não é mais com eles, desgastando ainda mais a imagem do Senado”. O senador Mauro Benvides, autor do projeto aprovado na Câmara que dá regime jurídico único aos servidores federais, mostrou que a questão também deve ser votada “ainda no primeiro período legislativo”, assim como a lei previdenciária.

O líder do Governo no Senado, José Ignácio, ressaltou que tem se “empenhado para o fortalecimento do estado de Direito”, e denunciou “a manobra política” que a Mesa do Senado pretendia fazer. “Isto não deve ter nada de político. É iminentemente técnico”, disse o senador.

Em sessão que durou cerca de duas horas e convocada apenas para dar prazo de votação para a lei salarial, o Senado confirmou o adiamento do recesso parlamentar — apesar dos protestos dos senadores que apóiam o Governo — e marcou para amanhã, a partir de 14h30, a votação do projeto de lei aprovado na última sexta-feira na Câmara dos Deputados.

Boa parte da sessão foi utilizada pelos poucos senadores presentes para avaliar a decisão de véspera do presidente da Casa, Nelson Carneiro (PMDB/RJ), em considerar aquela reunião uma sessão ordinária, e não extraordinária, como pede o regimento interno do Senado. Carneiro utilizara-se deste artifício, com o consentimento dos demais presentes, para evitar que a questão fosse apreciada somente em agosto, já que na sexta-feira encerrava-se o período legislativo. Considerando a sessão de sábado ordinária, Carneiro ganharia mais um dia útil, conforme prevê a Constituição.

“A sessão é explicitamente extraordinária”, criticava o líder do PDS, Jarbas Passarinho, argumentando que o regimento interno prevê sessão ordinária somente de segunda a quinta-feira, sendo extraordinária as demais. Se isto fosse acatado, não poderia haver sessão na segunda-feira e a Casa entraria em recesso parlamentar, votando a matéria somente em agosto. “A Mesa transgride o texto regimental e o constitucional”, disse o senador, mostrando interesse em recorrer da decisão na Comissão de Constituição e Justiça.

O presidente em exercício, Pompeu de Souza, manteve a decisão do senador Nelson Carneiro, apesar dos protestos de Odacir Soares e da saída “simbólica” do plenário do senador Jarbas Passarinho. Vários parlamentares apoiaram a decisão de Pompeu, pedindo para que se desse prosseguimento à sessão. Mesmo com a decisão do presidente da Mesa, a polêmica continuou.